

HABEAS CORPUS Nº 548.426 - SP (2019/0356097-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : PATRICIA GALINDO DE GODOY CAZAROTI
ADVOGADA : PATRICIA GALINDO DE GODOY CAZAROTI - SP203432
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE RAFAEL PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOSE RAFAEL PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente foi definitivamente condenado ao cumprimento da pena de 19 anos e 10 meses de reclusão.

Entendendo haver preenchidos os requisitos legais, o apenado postulou comutação ao Juízo da Vara das Execuções Criminais da Capital/SP, tendo sido a postulação indeferida, em 14/7/2016, ao fundamento de que o ora paciente não preencheria o requisito objetivo (e-STJ fl. 36).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus*, tendo a ordem sido denegada, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 39):

HABEAS CORPUS - EXECUÇÃO CRIMINAL -
INDEFERIMENTO DE COMUTAÇÃO - DECRETO 8.615/2015
NÃO DEMONSTRADA ILEGALIDADE FLAGRANTE OU
TERATOLOGIA DA R. DECISÃO ATACADA ORDEM
DENEGADA.

Na presente impetração, a defesa renova as alegações originárias, ao argumento de que, "*conforme se observa na FOLHA DE ANTECEDENTES o paciente iniciou o cumprimento de suas penas do 16/12/2005, mas o cálculo apresentado pela vara de execuções criminais e citado na própria sentença de 1º a data usada foi a do seu último delito. Como já é sabido para a obtenção do indulto parcial ou pleno devido à ocorrência de um novo delito não pode ser considerada como novo marco inicial [...]*" – e-STJ fl. 7.

Superior Tribunal de Justiça

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a reforma da decisão da autoridade coatora, com o deferimento do pedido de comutação (e-STJ fl. 10).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste feito.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo da execução, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste processo.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator